

A relação pedagógica da Extensão Rural na construção da Agroecologia: os saberes tradicional e moderno¹

Janine Moreira² e Eros Marion Mussoi³

Resumo

A dimensão educativa da Extensão Rural (ER) no modelo desenvolvimentista urbano-industrial foi permeada por valores de dominação do saber moderno do técnico sobre o saber tradicional do agricultor. A exclusão social de uma camada de agricultores do processo de modernização agrícola teve como vertente cultural a exclusão de seu conhecimento. A agroecologia representa uma forma de produção que traz em si uma resistência ao modelo excludente moderno, permeada por valores de participação, descentralização, diversidade, trazendo como um de seus pressupostos a valorização do conhecimento do agricultor. Esta nova relação entre os saberes requer uma nova relação entre técnicos e agricultores. Várias experiências em agroecologia estão se construindo atualmente. Será que estas realidades estão de fato se constituindo em mediações para a construção dos valores presentes na agroecologia? Este ensaio apresenta algumas considerações a respeito do que se consolidou como a dimensão educativa da ER no modelo econômico urbano-industrial; percorre a desigual relação que o conhecimento científico estabeleceu com o “conhecimento popular”; discute alguns pressupostos da agroecologia como ruptora deste modelo de dominação econômico, social e cultural; e, a partir da necessidade de mudança da relação pedagógica

¹ Este artigo é baseado na tese doutoral da autora, que teve como um de seus co-orientadores o autor deste artigo. Foi uma tese em Psicopedagogia, pela Universidade de Córdoba, Espanha, intitulada “La dimensión educativa de la Extensión Rural en el contexto de la Agroecología: las relaciones entre los saberes tradicional y moderno”, defendida em 2000. Esta tese teve como orientadora a Prof^a. Dr^a. María Vicenta Pérez Ferrando (Faculdade de Educação da Universidade de Córdoba) e como outra co-orientadora a Prof^a. Dr^a. Maria Oly Pey (Professora aposentada do Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Catarina). Muitas das considerações do presente ensaio encontram-se no artigo “A (des)legitimação do saber tradicional do agricultor na construção da agroecologia: algumas considerações”, escrito em 2001 e que aguarda publicação na Revista do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina.

² Psicóloga, Mestre em Sociologia e Doutora em Psicopedagogia. Professora da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), em Criciúma/SC. Endereço para contato: Universidade do Extremo Sul Catarinense. Diretoria de Pesquisa. Av. Universitária, 1105, Bairro Universitário. Caixa Postal 3167. CEP: 88.806-000. Criciúma/SC. Fone: (48) 431-2623. Fax: (48) 431-2750. E-mail: jmo@unesc.rct-sc.br

³ Engenheiro Agrônomo, Mestre em Extensão Rural e Doutor em Engenharia Agrônômica e Florestal. Engenheiro da Epagri e Professor Adjunto da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Endereço para contato: Rodovia Ademar Gonzaga, 1.347, Itacorubi. Caixa Postal 502. CEP: 88.034-901. Florianópolis/SC. Fone: (48) 239-5533. Fax: (48) 239-5597. E-mail: eros@epagri.rct-sc.br

extensionista-agricultor, aponta algumas “armadilhas” presentes na construção da agroecologia.

Abstract

The educational dimension of Rural Extent (RE) on the urban-industrial development model was compounded by values of domination of modern knowledge (technical knowledge) over the agriculturist's traditional knowledge. The social exclusions of an agriculturist's class that was victim from the modern agricultural process and consequently it has by culture the exclusion from her own knowledge. The Agricultural-Ecology presents a model of production that resists the modern model of exclusion that is compound by values of participation, of decentralization and diversity bringing as its purpose to value the agriculturist's knowledge. This new relation between knowledges requires a new relation between agriculturists and technicians. Several experiences on Agricultural-Ecology are growing up at the moment. Will it be this realities are, in fact, growing up to construct the values present on the Agricultural-Ecology? This essay presents some considerations about what was consolidate as the educational dimension of Rural Extent on the economic urban industrial model, and it goes through the unequal relation that the scientific knowledge established with the common knowledge and it also discusses some Agricultural Ecology's presupposeds as a rupture of economical, social, cultural, model of domination and from the necessity of change on the pedagogical extent agriculturist's relation, and more it points some “tricks” present on Agricultural Ecology construction.

Introdução

A história da Extensão Rural (ER) no Brasil a situa como uma atividade eminentemente educativa. Falar de educação nos remete às questões referentes às relações de poder entre educador e educando, em um contexto social-político-econômico determinado. Falar de relações de poder em educação é falar também nas relações desiguais entre conhecimentos, quais sejam, o conhecimento reconhecido como legítimo – apropriado pelo educador – e o conhecimento não reconhecido como legítimo – apropriado pelo educando. O papel de educador na ER

foi protagonizado pelo chamado extensionista, profissional com formação em agronomia, serviço social, economia doméstica, dentre outras, e o papel de educando na ER foi protagonizado pelo agricultor e sua família, uma vez que a agricultura no Brasil e, em especial, no sul do país, é do tipo familiar.

A partir da crise ambiental mundial, as questões relativas ao esgotamento do modelo econômico até então vigente começam a se colocar de forma proeminente nas universidades, institutos de pesquisa, instituições de ER, dentre outras. Estas questões chegam ao cruzamento do modelo econômico com a exclusão social, cultural e política, apontando que a exploração econômica da natureza pelo homem, pautada no movimento ditado pela máquina (e não pelo tempo necessário à renovação da natureza), é a mesma exploração do homem pelo homem e, por consequência, da marginalização social de parcelas da população, assim como de seu conhecimento.

Na agricultura, a agroecologia é apontada como uma forma de produzir em que se recupera o conhecimento dos antigos agricultores, que utilizavam técnicas menos agressivas para a natureza, mas incorporando também novos conhecimentos relativos às técnicas de produção. Por recuperar estes conhecimentos, e também por se inserir num outro modelo produtivo, a agroecologia é considerada um instrumento de construção de novas relações sociais, políticas, econômicas e culturais no campo. Para se construir estas novas relações, todavia, a própria dimensão educativa da ER deve ser outra, abrindo então a questão principal deste ensaio: a relação educador-educando da ER necessita romper com a dominação do saber dito moderno do extensionista sobre o saber dito tradicional do agricultor, sob pena de a agroecologia passar a ser mais um “discurso moderno” e não conseguir ser uma mediação para a estruturação de novas relações sociais e de produção no campo.

Este ensaio se divide em quatro partes: primeiro, caracterizamos a agricultura catarinense enquanto familiar e a inserimos no modelo econômico urbano industrial, passando pela dimensão educativa da ER neste modelo; segundo, discutimos a respeito da dimensão de dominação dos saberes na sociedade moderna; terceiro, colocamos os pressupostos da agroecologia e, por último, discutimos alguns entraves e “armadilhas” presentes em experiências reais de construção da agroecologia.

1- A agricultura familiar “resiste” ao modelo urbano-industrial...

A agricultura de Santa Catarina se desenvolveu principalmente a partir da colonização européia, em especial a italiana e a alemã, por voltas de 1850. Estes imigrantes trouxeram para cá o modelo familiar de produção, caracterizando a unidade rural centrada na auto-exploração do trabalho familiar, com a indivisibilidade do produto desta unidade⁴. Este modelo é baseado na diversidade, não na especialização, o que permite à família manter-se no campo – o que significa manter seu modo de vida - mesmo nas intempéries a que os produtos agrícolas estão sujeitos.

A partir dos anos 60 no Brasil, e também em Santa Catarina, este modelo familiar de produção começa a ser ameaçado com a vinda de indústrias multinacionais, produtoras de sementes, insumos e maquinários. Os interesses de uma economia voltada para a captação de mercado para estas indústrias inauguram uma nova etapa econômica, chamada de desenvolvimentista ou urbano-industrial, assim como um novo modelo de produtividade no campo: a Revolução Verde vem trazer novas sementes, possibilitadoras de maior produtividade, desde que sejam acompanhadas dos insumos e máquinas fornecidos por estas indústrias, assim como as próprias sementes, híbridas, produzidas também por estas multinacionais. Inaugura-se, assim, a subordinação da agricultura à indústria e ao setor financeiro, uma vez que, para o agricultor conseguir adquirir este “pacote tecnológico” era necessário requerer crédito junto aos bancos. E quem não aderisse a esta nova forma de produzir, estaria marginalizado do processo, afinal, como competir em produtividade sem este arsenal moderno? A agricultura torna-se subsidiária do desenvolvimento urbano-industrial, na chamada “agricultura moderna”.⁵

Neste “funil”, a agricultura brasileira se modernizou de fato, mas com um alto custo social, político e cultural para uma grande parcela da população rural, especialmente pequenos agricultores: houve um grande êxodo rural, acompanhado do “soterramento” do conhecimento tradicional destes agricultores, que lhes direcionavam a produção no modelo anterior. Isto quer dizer que, ao lado da exclusão social e econômica, temos a exclusão política e cultural.

⁴ Chayanov, 1981.

⁵ Silva, 1982; Fonseca, 1985; Silva e Kageyama, 1991; Silva, 1992; Mussoi, 1998.

A ER surge oficial no Brasil exatamente neste período de solidificação do modelo urbano-industrial, com as empresas de assistência rural coincidindo com as empresas de crédito. A dimensão educativa da ER se caracterizou pela relação vertical entre o conhecimento “legítimo” do extensionista frente ao conhecimento “ultrapassado” do agricultor, afastando-se qualquer possibilidade de troca entre os saberes, uma vez que a compreensão reinante era que somente “vencendo a resistência” do agricultor em adotar novas técnicas se poderia desenvolver a agricultura e a família rural.

À idéia de que o agricultor era “carente” dos conhecimentos necessários para implementar as modernas práticas produtivas se passou à desqualificação dos conhecimentos que historicamente permitiu-lhe sobreviver, cujas técnicas agora seriam consideradas “tradicionais”, atrasadas. O porquê do agricultor não adotar as novas tecnologias foi explicado mediante sua incapacidade para compreender sua eficácia, devido a sua ignorância e “falta de cultura”, compreendida como falta de escolaridade. À obscuridade da ignorância do agricultor se deveria contrapor a luz do conhecimento científico moderno, como única forma de salvar o campo do atraso, e assim, não prejudicar o modelo desenvolvimentista nacional.⁶

Como a “causa” da não adoção tecnológica moderna no campo estava no agricultor, o trabalho educativo extensionista deveria centrar-se em convencê-lo a adotá-la, em “vencer sua resistência”. O extensionista rural se revestiu de um messianismo moderno, sendo chamado de “agente de desenvolvimento”, desenvolvimento compreendido no projeto nacional neoliberal.⁷

A noção de homem rural para o serviço de extensão foi se construindo em torno de categorias como “retraído”, “desconfiado”, aquele que deseja alcançar o progresso mas que não sabe como fazê-lo. Por isto, “há a necessidade de substituir a maneira tradicional, porém primitiva, da família rural de viver e trabalhar, por métodos modernos e práticos, que são dificilmente absorvidos pelo agricultor e sua esposa, cujo nível de instrução quase nunca vai além da escola primária”⁸. Esta maneira de atribuir os problemas do homem rural aos agricultores mesmos, a seu baixo nível cultural, e não à estrutura produtiva voltada para a exportação, dissimulava as contradições intrínsecas do modo capitalista de produção. Desta

⁶ Fonseca, 1985.

⁷ Fonseca, 1985.

⁸ Fonseca, 1985, p. 92.

forma se justificava sua dominação, uma vez que a situação do agricultor não seria devida à estrutura social, mas à falta de acesso às inovações técnico-científicas do mundo urbano-industrial. Este raciocínio leva à idéia de que, apesar de todas estas carências, o agricultor deseja “progredir”, mas lhe falta “saber como fazê-lo”. Assim, seu saber é negado, justificando os programas educativos como instrumentos redentores de suas carências, colocando-o como consumidor de tecnologias modernas, no bojo do modelo difusionista da extensão rural.⁹

Este cenário nos remete à questão de poder das ciências e seus profissionais, nosso próximo tópico.

2- Os saberes-poderes “fabricando” o agricultor atrasado...

A chamada era moderna - identificada com os marcos da revolução burguesa e revolução industrial, com o coroamento do modo de produção capitalista - vem inaugurar o surgimento das instituições de cunho moderno, a saber, escolas, conventos, manicômios, hospitais, todos com o modelo de uma prisão, como nos diz Michel Foucault¹⁰. A questão central de sua análise está no saber como condição de possibilidade para esta estrutura de poder que desponta, tendo como ponto central a disciplina, ou, a formação da sociedade disciplinar. A disciplina é um dispositivo de poder que retira do indivíduo um conhecimento para controlá-lo. Retirar do indivíduo um saber e devolvê-lo a ele classificando este indivíduo em categorias que agora irão identificá-lo é o que se chama de “fabricação do indivíduo”, produto da sociedade disciplinar. Nestas sociedades, a quem é dada a atribuição de “conhecer o indivíduo”? Aos profissionais, instrumentalizados pelas ciências humanas, que surgem na época moderna, exatamente para este fim.

Desta forma, o poder disciplinar é um instrumento fundamental para a constituição do capitalismo industrial, na medida em que extrai dos corpos tempo e trabalho, mais que bens e riquezas, e o faz mediante a disciplinarização do corpo, constituindo o “novo sujeito”.¹¹

⁹ Fonseca, 1985.

¹⁰ Foucault, 1989^a

¹¹ Machado, 1989.

Às ciências humanas coube fazer surgir o “homem conhecido”, que se tornou o “efeito-objeto” destas ciências a partir da “dominação-observação”. Cria-se uma rede de controles, concretizada em avaliações, exames, fichamentos, relatórios, instrumentos cujos resultados guardavam a “verdade” sobre estes sujeitos:

Cada vez mais se impõe a necessidade do poder se tornar competente. Vivemos cada vez mais sob o domínio do perito. Mais especificamente, a partir do século XIX, todo agente do poder vai ser um agente de constituição de saber, devendo enviar aos que lhe delegaram um poder, um determinado saber correlativo do poder que exerce. É assim que se forma um saber experimental ou observacional. Mas a relação ainda é mais intrínseca: é o saber enquanto tal que se encontra dotado estatutariamente, institucionalmente, de determinado poder. O saber funciona na sociedade dotado de poder. É enquanto é saber que tem poder.¹²

Esta dimensão do poder remete ao sentido da classificação. Classificar é encontrar o “lugar certo”, e não há como controlar algo ou alguém que não estiver enquadrado, nomeado, especificado, classificado... ou seja, que não estiver conhecido. O indivíduo, então, fica sujeito ao que se diz dele, à classificação sofrida, na construção dos olhares pelos quais ele será identificado e tratado. É desta forma que se “fabrica” um sujeito: retirando dele um saber que se transformará, pela legitimidade das ciências, na verdade sobre ele.

E é sempre “um mesmo” quem classifica “o outro”. Na base da classificação existe uma atitude de ver ao classificado como diferente, como se houvesse um conjunto de pessoas em quem as classificações possam se dar “justificadamente”, e outro grupo que estaria protegido destas classificações.¹³ Assim se chega à construção da categoria dos “desviantes”: (...) “os grupos sociais criam o desvio ao estabelecer as regras cuja infração constitui desvio e ao aplicá-las a pessoas particulares, marcando-as como *outsiders*. Sob tal ponto de vista, o desvio não é uma qualidade do ato que a pessoa faz, mas sim a consequência da aplicação por outrem de regras e sanções ao ‘transgressor’”¹⁴. A idéia de “desvio” pressupõe a existência de um comportamento “médio” ou “ideal”, expressando a idéia de harmonia social, desconsiderando a complexidade da cultura: seu caráter multifacetário, dinâmico, ambíguo. Somente uma concepção “monolista” e estática

¹² Machado, 1989, p.XXII.

¹³ Szasz, 1980.

¹⁴ Velho, 1985, p.23-24.

da vida pode gerar o conceito de “desviante”, “inadaptado”.¹⁵ Em um termo: o que se faz é “hierarquizar as diferenças”, a partir de uma visão dominante de mundo, e assim justificada. As classificações são instrumentos das ciências humanas que, ao serem passadas ao senso comum, legitimam aos “mesmos” que se outorgam o direito de classificar sem incorrer no risco de serem classificados por aqueles a quem classificam (como diz Szasz, 1980, “quem classifica os classificadores?”), e que estão na raiz da disciplinarização da sociedade, passando pelas ciências, sendo os profissionais os “juízes de normalização”: “estamos na sociedade do professor-juiz, do médico-juiz, do educador-juiz, do ‘assistente-social’ juiz; todos fazem reinar a universalidade do normativo; e cada um no ponto em que se encontra, aí submete o corpo, os gestos, os comportamentos, as condutas, as aptidões, os desempenhos”¹⁶.

Por trás de cada um destes “juízes”, está uma ciência, que na sociedade moderna, adquiriu estatuto legítimo de verdade:

“Qué tipos de saber queréis descalificar cuando preguntáis si es una ciencia?”. “Qué sujetos hablantes, pensantes, qué sujetos de experiencia y de saber queréis reducir a un estatuto de minoría cuando decís: ‘yo, que hago este discurso, hago un discurso científico y soy un científico?’”. “Qué vanguardia teórico-política queréis entronizar para separarla de todas las formas circulantes y discontinuas de saber?”¹⁷

Unindo esta compreensão do saber-poder com a dimensão educativa da ER no modelo desenvolvimentista urbano-industrial, pautada em vencer a resistência do agricultor a adotar as técnicas modernas, sendo este classificado como “atrasado”, “ignorante”, “resistente” – portanto, um “desviante” frente à “normalidade” do modelo econômico considerado “ideal” - temos a seguinte compreensão, acrescentando-se categorias de Pierre Bourdieu:

O discurso extensionista procurou fazer-se ouvir, adquirindo a competência para produzir efeitos de verdade e constituir-se com um poder simbólico, capaz de qualificar determinados sujeitos sociais por intermédio da identificação dos “incompetentes”, daqueles agricultores tomados como incapazes para a convivência com a modernização. O agricultor foi tomado como o “outro”, portador de uma cultura que obstaculizava o desenvolvimento e a modernização, devendo ser objeto de intervenções modernizadoras. (...) O aumento da produção agrícola e a expansão do capitalismo no campo passavam pela necessidade de desqualificar o saber

¹⁵ Velho, 1985.

¹⁶ Foucault, 1989 a, p.266.

¹⁷ Foucault, 1992, p.24.

costumeiro dos pequenos agricultores, de modo a adestrá-los e discipliná-los segundo a lógica do capital. Tratava-se de difundir o modelo capitalista de pensar e produzir, segundo as necessidades da expansão do capital, através de práticas discursivas que pretendiam controlar o saber e impor normas de trabalho e padrões de conduta a pequenos agricultores”¹⁸.

Neste contexto das ciências e do serviço de ER, no bojo da chamada crise ecológica, a agroecologia aponta como uma alternativa na construção de um novo modelo produtivo, que inclua e não exclua e, por conseguinte, uma proposta de novas formas de relações entre extensionistas e agricultores e seus saberes.

3- Agroecologia: rupturas...

Mas por que se diz que a agroecologia representa uma resistência ao modelo de produção capitalista e, portanto, a inclusão de saberes tradicionais?

Para Sevilla Guzmán y González de Molina (1993a) a agroecologia considera que a conservação e reprodução dos sistemas agrários estão centralmente ligadas às relações que se estabelecem entre os distintos grupos sociais. A agricultura industrializada tem sua origem na subordinação da natureza ao capital, fazendo com que a natureza não obedeça ao seu ciclo natural de regeneração, uma vez que a regeneração do capital se faz premente, causando a crise ecológica.

É porque a natureza está submetida à racionalidade capitalista de acumulação que se pode dizer que a raiz da deteriorização da natureza é a mesma que a crescente degradação a que a sociedade se vê submetida¹⁹:

El desarrollo del capitalismo en la agricultura supone, pues, un proceso de sometimiento de la naturaleza a los ciclos de rotación y acumulación de capital que corre paralelo al sometimiento que unos grupos humanos imponen sobre otros, generando distintas formas de desigualdad. El libre juego del mercado va, poco a poco, orientando la producción hacia lo más rentable, convirtiendo a enormes sectores de la naturaleza y de la sociedad en proveedores de productos requeridos por aquellos sectores de elevados ingresos y, globalmente, por los países centrales, industrializados. El fenómeno de transferencia de valor de pobres a ricos o de la periferia al centro, se corresponde, palmo a palmo, con el fenómeno de transferencia de energía de los ecosistemas a los agroecosistemas industrializados, fenómeno por el

¹⁸ Lohn, 1997, p.03.

¹⁹ González de Molina y Sevilla Guzmán, 1992, y Sevilla Guzmán y González de Molina, 1993a.

cual se deteriora y, finalmente, se destruye el equilibrio ecológico de la naturaleza.²⁰

Daí a afirmação dos autores de que as desigualdades sociais devem ser abordadas como uma enfermidade ecossistêmica, uma vez que a conservação e a reprodução dos agroecossistemas estão relacionadas com as relações sociais, o pressuposto da agroecologia.

Outro pressuposto da agroecologia é a consideração de que as culturas rurais tradicionais desenvolvem formas de manejo dos recursos naturais muito mais ecológicas que a agricultura capitalista. Esta “economia moral” – que Sevilla Guzmán e González de Molina (1993a) já identificavam no pensamento de Chayanov – está no centro da relação camponesa homem-natureza. Nela desempenha um papel fundamental o conhecimento do pequeno agricultor “como generador de la cultura que en siglos de adaptación simbiótica ha desarrollado los mecanismos de captación del potencial agrícola de los sistemas biológicos, estimulando y regulando las bases de sustentabilidad y reproducción”.²¹

Altieri salienta a aplicação da agroecologia em projetos de desenvolvimento rural:

La agroecología ha surgido como un enfoque nuevo al desarrollo agrícola más sensible a las complejidades de las agriculturas locales, al ampliar los objetivos y criterios agrícolas para abarcar propiedades de sustentabilidad, seguridad alimentaria, estabilidad biológica, conservación de los recursos y equidad, junto con el objetivo de una mayor producción. El objetivo es promover tecnologías de producción estable y de alta adaptabilidad ambiental.²²

Considerando conjuntamente a agroecologia e desenvolvimento sustentável, Altieri afirma que, ainda que existam várias definições deste último, se podem conceber, na maioria deles, estes objetivos comuns:

- Produção estável e eficiente de recursos produtivos;
- Segurança e auto-suficiência alimentar;
- Uso de práticas agroecológicas ou tradicionais de manejo;
- Preservação da cultura local e da pequena propriedade;

²⁰ Sevilla Guzmán y González de Molina, 1993b, p.13.

²¹ Sevilla Guzmán y González de Molina, 1993b, p.14.

²² Altieri, 1995, p.174-175.

- Assistência dos mais pobres através de um processo de autogestão;
- Alto nível de participação da comunidade em decidir a direção de seu próprio desenvolvimento agrícola;
- Conservação e regeneração dos recursos naturais.²³

Neste sentido, Altieri afirma que o sistema agroecológico é atrativo para aqueles agricultores mais marginalizados, porque não é necessário o emprego de muitos insumos devido ao aproveitamento do potencial da unidade rural; por outro lado, os agricultores já incluídos no sistema produtivo se regem mais pela agricultura moderna, o que causa custos sociais e ambientais.

Yurjevic (1995) assinala que, ao enfatizar a regeneração da base dos recursos agrícolas, a agroecologia permite recolocar-se o desafio da produtividade da pequena produção, aumentando o número de agricultores incorporados à linha de produtores viáveis: “las tecnologías que se derivan de los principios agroecológicos, tienen una alta probabilidad de recibir un alto grado de aceptación debido a que respetan la lógica campesina, sin sacrificar su consistencia científica”.

Para Toledo (1993) as características que fornecem o caráter ecologicamente eficiente à agricultura tradicional estão ligadas à sua condição de “camponês”.²⁴ Para o autor, a produção camponesa sempre implica na combinação de valores de uso y de troca, sendo o resultado tanto de processos naturais como de forças de

²³ Altieri, 1995, p.167.

²⁴ Como características da economia camponesa, o autor estabelece:

1. (...) su relativamente alto grado de autosuficiencia. Las familias campesinas (la unidad de producción campesina) consume una parte substancial de su propia producción y, concomitantemente, producen casi todos los bienes que necesitan. (...) en la producción campesina hay un predominio relativo de valores de uso (bienes consumidos por la unidad de producción) sobre valores de cambio (bienes no autoconsumidos sino que circulan como mercancías fuera de la unidad de producción).
2. Los campesinos están comprometidos en un proceso de producción predominantemente basado en el trabajo de la familia con un mínimo número de inputs externos. La fuerza humana y animal, más que los combustibles fósiles, son las principales fuentes de energía. La familia, consecuentemente, funciona a la vez como una unidad de producción, consumo y reproducción.
3. La producción combinada de valores de uso y mercancías no busca el lucro sino la reproducción simple de la unidad doméstica campesina.
4. Los campesinos, generalmente, son pequeños propietarios de tierra, debido a razones tecnológicas y frecuentemente también a la escasez y/o desigual distribución de tierra.
5. Aunque la agricultura tienda a ser la actividad principal de la familia campesina, la subsistencia campesina está basada en una combinación de prácticas, que incluyen la recolección agrícola, cuidado del ganado doméstico, artesanía, pesca, caza y trabajos fuera de la explotación en tiempo parcial, estacionales o intermitentes. (Toledo, 1993, p.199-200).

mercado, que atuam sobre o agricultor duplamente: como produtor y consumidor.²⁵

A racionalidade camponesa, orientada para a subsistência, faz com que se tenha que reduzir ao máximo os riscos e aumentar ao máximo a variedade de seu meio, uma vez que são mais dependentes dele para prover suas necessidades. A lógica da diversidade do camponês – tanto de preservar a diversidade natural como a produtiva – entra em oposição à lógica da agricultura moderna, baseada na especialização.²⁶ Toledo salienta também que ambientes diversificados são mais eficientes ecologicamente que ambientes especializados:

(...) la *variedad* en términos geográficos, ecológicos, biológicos e, incluso, genéricos es, por consiguiente, el principal rasgo de la producción campesina, porque la variedad en sí misma es un mecanismo para reducir el riesgo. Esta *estrategia multiuso* a través de la cual los campesinos mantienen y reproducen sus sistemas productivos constituye una característica ecológicamente valiosa que tiende a conservar los recursos naturales, manteniendo la diversidad medioambiental y biológica. La aclamada y, de alguna manera, enigmática racionalidad ecológica del campesino y del productor tradicional no es sólo una estrategia de subsistencia desarrollada en un sistema de producción no orientado a la mercancía. Es una consecuencia directa del proceso de apropiación de la naturaleza en una economía predominantemente dirigida a la población para el uso.²⁷

Destacando a eficiência ecológica da produção camponesa, Toledo salienta a necessidade de que os conhecimentos e contribuições dos camponeses sejam garantidos em uma nova concepção de modernização: “en primer lugar, el simple hecho de reconocer una racionalidad ecológica en la producción campesina reta los paradigmas centrales de la modernización rural porque revalúa el significado y potencialidad de las culturas campesinas, normalmente consideradas como un sector arcaico o tradicional, sin importancia para la modernidad”²⁸.

É por isto que Alier (1993) afirma que o movimento por uma agricultura ecológica pode se converter em uma ideologia política se os camponeses se convencerem de que têm praticado tradicionalmente uma agricultura ecológica, uma antiga superioridade técnica em termos ecológicos, em comparação com a agricultura moderna.

Unindo as dimensões de mesclar técnicas tradicionais e modernas à necessidade do mercado local, Altieri enfatiza que o conhecimento dos caracteres

²⁵ Toledo, 1993, p.201.

²⁶ Alier, 1995, p.111 aponta que a diversidade agrícola está associada à diversidade etnocultural.

²⁷ Toledo, 1993, p.210-211.

culturais e ecológicos locais da agricultura tradicional – a capacidade de evitar riscos, as taxonomias biológicas populares, as eficiências de produção das mesclas de cultivos simbióticos, o uso de plantas locais para o controle de pragas, etc. - é indispensável para se conhecer as reais necessidades da comunidade e assim orientar os projetos de desenvolvimento. Por isto fala de um enfoque agroecológico-etnoecológico de muitas ONGs: “La idea es que la investigación y el desarrollo agrícola debieran operar sobre la base de un enfoque desde abajo, comenzando con lo que ya está ahí: la gente del lugar, sus necesidades y aspiraciones, sus conocimientos de agricultura y sus recursos naturales autóctonos”. (...) “Está claro que la preservación de agroecosistemas tradicionales no se puede lograr aislada del mantenimiento de la etnociencia y de la organización sociocultural de la comunidad local.”²⁹.

O conhecimento do agricultor é ressaltado por Yurjevic na matriz de seu Desenvolvimento Rural Humano e Agroecológico (DRHA): “es importante mencionar que uno de los hechos que explica la importancia y viabilidad del paradigma agroecológico es la conciencia que se va despertando sobre el valor que tiene el conocimiento de los agricultores locales acerca del ambiente, las plantas, suelos y procesos ecológicos”.³⁰ Assim, esta proposta de desenvolvimento trata simultaneamente a máxima utilização dos recursos internos e sua rentabilidade, tanto da produção como da casa rural, como o fortalecimento da identidade cultural da comunidade, uma vez que são valorizados seus insumos internos y sua visão de mundo.³¹

Um ponto importante que ressalta o autor é que as inovações são absorvidas de forma gradual, por isto a necessidade de co-existência de práticas convencionais e agroecológicas por um longo período de tempo.

A agroecologia significa, desta forma, uma resistência ao modelo excludente hegemônico de produção que, para “incluir” o agricultor no sistema produtivo necessita incluir seus conhecimentos acerca de sua atividade no rol dos saberes legitimados.

²⁸ Toledo, 1993, p.215.

²⁹ Altieri, 1995, p.178.

³⁰ Yurjevic, 1995, p.247.

4- As “armadilhas” do vivido...

Em nossa pesquisa, investigamos duas experiências de construção de agroecologia em Santa Catarina: uma em Praia Grande, outra em Santa Rosa de Lima. A partir das considerações deste ensaio, vamos discutir alguns pontos que consideramos importantes, com o objetivo de levantar questionamentos válidos na busca deste caminho de construção.

Um dos primeiros pontos a destacar no caminho dificultoso de construção de novas relações, é a cultura em que vivemos, impregnada de valores hierárquicos entre os saberes. É nesta cultura que se insere a própria formação acadêmica dos técnicos, de cunho tradicional. Isto significa dizer que está na formação dos agrônomos a concepção hierárquica entre os saberes, e não é sem esforço que se conseguirá ir rompendo com esta “normalidade”.

Se quisermos que o agricultor participe de fato, que esteja junto ao extensionista, temos que legitimá-lo. No convencimento de que os técnicos nem sempre têm esta atitude, é necessário que nos estejam presentes as dificuldades mediadoras para que isto ocorra, e assim constatar que o caminho não é linear. Uma das dificuldades é a falta de participação ativa do agricultor na elaboração de projetos para fins de captação de recursos. Geralmente os técnicos acabam colhendo as idéias dos agricultores e elaborando o projeto; esta atitude, tão “acadêmica”, traz o risco de que o projeto acabe sendo mais do técnico do que do agricultor. É neste sentido que até nas propostas de mudança se reproduz o “velho” sistema de pensar “pelo agricultor”, na deslegitimação de seu saber, por variáveis sociais como as exigências que são conferidas a um projeto para fins de financiamento.

Thompson e Scoones (1997) tocam neste ponto, ao fazerem a crítica à abordagem “agricultores em primeiro lugar” onde, mesmo procurando-se a participação do agricultor e tê-lo como parceiro, são os agentes externos os “coletadores de informações” e os “documentadores de seu conhecimento, assim como os “planificadores e administradores de intervenções”, ocorrendo o

³¹ Yurjevic, 1996, p.248.

envolvimento ativo das populações locais em uns casos, e sem ela em outros. Isto seria a separação entre os conhecimentos “científico” e “prático”, o que criticam os autores, uma vez que o conhecimento é, ao mesmo tempo, uma construção teórico-prática, o que seria a *práxis* de Paulo Freire (1985). No lugar do consenso da incorporação de um saber por outro, há que se buscar a heterogeneidade de suas diferenças, construindo o todo.

Por isto é fundamental a compreensão de que, mesmo que o conhecimento do agricultor não seja sistematizado como do técnico, é tão científico como este, uma vez que advém da experiência prática.

As relações diferenciadas entre técnicos e agricultores também são dificultadas por toda a herança deixada pelo modelo tradicional de ER. Assim, a expectativa que o agricultor normalmente tem pelo trabalho do técnico é que este lhe traga o conhecimento, a solução para seus problemas, e não se vê como construindo a solução conjuntamente. Diante das exigências de desempenho dos papéis formais de cada categoria social, existe toda uma dificuldade em frustrar as expectativas e legitimar-se em outra lógica. A questão que se coloca aqui é a consciência de que o sistema agroecológico exige relações diferenciadas para construir-se, mas relações que “esbarram” no sistema produtivo moderno, sistema este que traz relações hierarquizadas entre os saberes.

Uma questão merece destaque e consideramos adequada para uma chamada à reflexão: o direcionamento da produção para “nichos de mercado”, uma vez que a agroecologia possui uma lógica que deveria, justamente, romper com a lógica de mercado da produção capitalista. Considerando o contexto liberal em que vivemos, existe uma dificuldade clara em produzir com uma nova lógica, por dentro da lógica do mercado. Neste sentido, há o perigo de se considerar a agricultura como uma possibilidade de nicho de mercado, uma vez que a agroecologia está pautada em outras dimensões, mais além da econômica. Não seria um equívoco conceitual da agroecologia ser vista como um instrumento de maximização de lucro e elitizar-se, assim, a produção, uma vez que se estaria contrariando sua dimensão social e de resistência ao modelo liberal?

Esta discussão se faz importante, uma vez que, dependendo da inserção dos agricultores no mercado, sua intenção no mercado, resulta sua lógica de organização, constituindo-se ou não em uma mediação para o estabelecimento de novas relações entre técnicos e agricultores. Os interesses que contextualizaram a

ER foram os do capital, na lógica de mercado da modernização da agricultura. A agroecologia significa uma resistência a esta lógica, dando espaço à valorização dos conhecimentos tradicionais do agricultor, justamente porque significa uma diversidade que resistiria ao caminho unilinear do progresso capitalista. As relações subjetivas não vêm separadas das relações objetivas, ainda que as opções políticas não venham coladas inequivocamente às teorias. Por isto é preocupante, para projetos que se pretendem alternativos ao hegemônico, entrar na lógica do mercado sem, ao menos, analisar estas questões.

É importante lembrar que a lógica do mercado é a mesma do desenvolvimento moderno. Isto significa mais que dizer que o modelo de modernização da agricultura, com os pacotes tecnológicos, subordinou os ritmos da natureza ao ritmo do capital, assim como subordinou o agricultor à indústria e ao capital financeiro. Significa também dizer que implementou a lógica da especialização, da concorrência, do individualismo, das relações verticais, da deslegitimação de alguns saberes na legitimação de outros, polarizados em certas categorias de pessoas. O enfrentamento, a resistência a esta lógica homogeneizadora, não se faz apenas na negação da utilização dos insumos modernos na agricultura, na busca por uma agricultura que esteja de acordo com o ritmo da natureza. Esta busca, se não estiver permeada por valores que rompam com a especialização, a concorrência, o individualismo, a deslegitimação, pouco pode fazer para um projeto de desenvolvimento que seja alternativo ao que temos.

Outro ponto fundamental a se considerar é a busca de “cooperação” entre os agricultores em projetos agroecológicos. Na medida em que a produção agroecológica une os agricultores em grupos produtivos, uns dependem dos outros, mas também uns se sentem prejudicados pelos outros caso eles não produzam tanto, porque nos grupos as perdas são repartidas. Abre-se a possibilidade de existir um sentimento de desconfiança de uns agricultores em relação aos outros (de dentro ou mesmo de fora de seu grupo) que “não quererem trabalhar tanto como nós para conseguirem uma boa produção”. Este valor ao trabalho, pode-se dizer, ao “culto ao trabalho” é típico das sociedades modernas, que joga os êxitos na meritocracia individual. Nesta lógica, os outros são vistos mais com desconfiança de que podem atrapalhar seu próprio êxito, do que aliados para um objetivo comum. Um fator que acreditamos dificultar este sentimento de cooperação é o rápido aumento dos componentes de uma experiência agroecológica, possível de ocorrer

justificada pela busca por captação de recursos externos, uma vez que se deve demonstrar nos projetos de captação destes recursos a viabilidade numérica da experiência. Como conseguir construir uma lógica alternativa de desenvolvimento se o crescimento do número de associados estiver em consonância com o movimento ditado pelo mercado, na mesma lógica “acelerada” de desenvolvimento moderno? Como construir subjetividades diferenciadas neste ritmo?

Outra armadilha possível é se estabelecer uma linha divisória acentuada, no olhar dos agricultores ecológicos, entre eles e os “convencionais”, como um julgamento de valor por estes não desejarem participar do projeto, não se conscientizarem da importância de se preservar a natureza. Assim, se reproduz o olhar excludente do outro, não entre técnicos e agricultores, que parecem conseguir relações horizontais, mas entre agricultores ecológicos em relação aos convencionais. Mas “inverter a seta” não é romper com valores que estruturam uma lógica de exclusão! O rompimento se dá na efetiva convivência com a diversidade, sem hierarquizações.

Ressaltamos que estes valores de cooperação interna ao grupo dos “ecológicos” podem se justificar por sua ainda não inserção no mercado e, por conseguinte, pela dificuldade financeira. A pergunta que se faz é se estes valores cooperativos podem permanecer em experiências já inseridas no mercado, na lógica da concorrência individual, na sensação de um estar prejudicando o outro. A questão central é se a agroecologia representa uma forma diferente de pensar seu mundo próximo, não só voltado até a máxima produtividade.³²

Quisemos refletir aqui sobre as relações estabelecidas entre os saberes tradicional e moderno, representados nas figuras do agricultor e técnico, na construção de projetos agroecológicos, entendida a agroecologia como um caminho para a construção de novos valores. Mas a construção de novos valores apresenta algumas “armadilhas”, quais sejam os valores próprios da lógica moderna de produção e a convivência entre as pessoas e entre os saberes. A agroecologia irá sendo construída de fato quando as mediações objetivas (situações concretas de organização, por exemplo) e subjetivas (valores), forem em direção à ruptura dos valores dominadores da lógica moderna. A legitimação do saber tradicional requer

³² Este foi o objeto de estudo da dissertação de mestrado em Geografia de Josane Moreira de Costa, cujo artigo, presente nestes Anais, apresenta algumas considerações.

muito mais do que aparato teórico de seu reconhecimento, requer efetiva construção de mudanças de valores, nem sempre fácil de ser concretizada.

Referências Bibliográficas

ALIER, Juan Martínez. **De la economía ecológica al ecologismo popular**. 3 ed. Montevideo: Nordan Comunidad/Icaria. 1995.

ALTIERI, Miguel A. El “estado del arte” de la agroecología y su contribución al desarrollo rural en América Latina. In: CADENAS MARÍN, Alfredo (Coord.). **Agricultura Y Desarrollo Sostenible**. Madrid: Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación. 1995, p.151- 203.

CHAYANOV, Alexander. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: SILVA, José Graziano da. & STOLKE, Verena (Orgs.). **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense. 1981, p.133-163.

FONSECA, Maria Teresa L. **A Extensão Rural no Brasil, um projeto educativo para o capital**. São Paulo: Loyola. 1985.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir - nascimento da prisão**. 7 ed. Petrópolis: Vozes. 1989a.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Org. Roberto Machado. 8 ed. Rio de Janeiro: Graal. 1989b.

FOUCAULT, Michel. **Genealogía del Racismo – de la guerra de las razas al racismo de Estado**. Madrid: La Piqueta. 1992.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1975.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 8 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1985.

GONZÁLEZ DE MOLINA, Manuel y SEVILLA GUZMÁN, Eduardo. Una propuesta de diálogo entre Socialismo y Ecología: el Neopopulismo Ecológico. In: **Ecología Política**. Fuhén/Icaria, n.3. Barcelona. 1992, p.121-135.

LOHN, Reinaldo Lindolfo. **Campos do atraso, campos modernos: discursos da Extensão Rural em Santa Catarina (1956-1975)**. (Dissertação de Mestrado) Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 1997.

MACHADO, Roberto. Introdução – por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Org. Roberto Machado. 8 ed. Rio de Janeiro: Graal. 1989.

MOREIRA, Janine. **La dimensión educativa de la Extensión Rural en el contexto de la Agroecología: las relaciones entre los saberes tradicional y moderno**. (Tese de Doutorado). Universidade de Córdoba. Córdoba/Espanha. 1999.

MUSSOI, Eros Marion. **Integración entre investigación y Extensión Agraria en un contexto de descentralización del Estado y sustentabilización de políticas de desarrollo: el caso de Santa Catarina, Brasil**. (Tese de Doutorado). Universidade de Córdoba. Córdoba/Espanha. 1998.

ORTIZ, Renato. Introdução - À procura de uma sociologia da prática. In: ORTIZ, Renato (Org.). **Pierre Bourdieu**. Coleção Sociologia. São Paulo: Ática. 1983, p.07-29.

SEVILLA GUZMÁN, Eduardo y GONZÁLEZ DE MOLINA, Manuel. Ecología, Campesinado e Historia. Para una reinterpretación del desarrollo del capitalismo en la agricultura. In: SEVILLA GUZMÁN, Eduardo y GONZÁLEZ DE MOLINA, Manuel (Orgs.). **Ecología, Campesinado e Historia**. Madrid: Piqueta. 1993a, p.23-129.

SEVILLA GUZMÁN, Eduardo y GONZÁLEZ DE MOLINA, Manuel. Introducción General. In: SEVILLA GUZMÁN, Eduardo y GONZÁLEZ DE MOLINA, Manuel. **Ecología, Campesinado e Historia**. Madrid: Piqueta. 1993b, p.9-20.

SILVA, Aliomar Arapiraca da. **Concepções do processo educativo na âmbito da Extensão Rural e suas repercussões na prática dos extensionistas: um estudo através da EMATER-RS.** (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 1992.

SILVA, José Graziano. **A modernização dolorosa.** Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

SILVA, José Graziano da & KAGEYAMA, Ângela. As estratégias sociais dos agricultores - a produção camponesa e o desenvolvimento recente do capitalismo no Brasil. Anais do **Seminário “A agricultura brasileira nos anos 90 –desafios e perspectivas”**. Curitiba: Editora da UFPR, 1991. Pp.153-177.

SZASZ, Thomas. **Ideologia e doença mental – ensaios sobre a desumanização psiquiátrica do homem.** 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

THOMPSON, John y SCOONES, Ian. Desafiando a perspectiva populista: sabedoria popular rural, pesquisa agrícola e prática extensionista. In. **Atualização em Agroecologia.** AS-PTA (Assessoria e Serviços – Projetos em Agricultura Alternativa). Rio de Janeiro, nº. 31-32, out. 1997, p. 32-50.

TOLEDO, Victor M. La racionalidad ecológica de la producción campesina. In: SEVILLA GUZMÁN, Eduardo y GONZÁLEZ DE MOLINA, Manuel (Orgs.). **Ecología, Campesinado e Historia.** Madrid: Piqueta. 1993, p.197-218.

VELHO, Gilberto. O estudo do comportamento desviante: a contribuição da Antrpologia Social. In: VELHO, Gilberto (Org.). **Desvio e Divergência – uma crítica da patologia social.** 5 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1985, p.23-24.

YURJEVIC, Andrés. Un desarrollo rural humano y agroecológico. In: CADENAS MARÍN, Alfredo (Coord.). **Agricultura Y Desarrollo Sostenible.** Madrid: Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación, 1995, p. 239-279.